



## AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11  
Sede: Avenida Rio Branco, 80, 13º, 16º ao 20º andar - Centro - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores acionistas e demais interessados,** Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais, com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. **NOSSO DESEMPENHO:** • **Prêmios emitidos:** Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram em 2018 R\$ 3,0 bilhões, aumento de R\$ 270,9 milhões ou 9,65% em relação ao ano anterior. • **Despesas administrativas:** Em 2018, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 9,1%, com redução de 1,4 ponto percentual em relação ao ano anterior. O modelo adotado pela empresa para gestão de custos e os investimentos realizados para otimização de processos e sistemas estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Os esforços para capturar sinergias e benefícios dos investimentos realizados nos últimos anos, por meio da intensificação no uso da tecnologia e de ajustes de processos, viabilizaram esse resultado. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para clientes e corretores. • **Resultado financeiro:** As receitas financeiras totalizaram em 2018 R\$ 206,9 milhões, com redução de R\$ 14,0 milhões, ou 6,3% em relação ao ano de 2017 devido a redução nas receitas com aplicações financeiras em R\$ 49,8 milhões, ou 35,1%. As despesas financeiras totalizaram em 2018 R\$ 22,9 milhões, com redução de R\$ 34,5 milhões, ou 60,0% em relação ao ano anterior. • **Índice combinado:** O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos), em 2018 foi de 92,5%, redução de 4,0 pontos percentuais em relação aos 96,5% do ano anterior. Esta variação decorre, da redução de 2,8 pontos percentuais no índice de sinistralidade, de comissionamento e de outras receitas e despesas operacionais. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2018 foi de

86,2%, redução de 4,2 pontos percentuais em relação ao ano anterior. • **Lucro líquido e por ação:** O lucro líquido totalizou em 2018 R\$ 222,6 milhões, registrando aumento de R\$ 60,0 milhões ou 36,9% em relação a 2017. O lucro por ação foi de R\$ 162,035,7 em 2018 e R\$ 118,363,2 em 2017. • **Investimentos e novos negócios:** A Companhia fez investimentos, no montante de R\$ 5,672 milhões em 2018. Do total investido, R\$ 4,052 milhões foram destinados a "softwares", R\$ 1,615 milhões a equipamentos, sistemas de informática, móveis e outros ativos; e R\$ 5 mil em obras e edificações. **DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS:** De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício. **RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL:** As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que funcionários e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca atender seus públicos de interesse. A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Companhia ([www.portoseguro.com.br/ri](http://www.portoseguro.com.br/ri)) e na edição de 27 de fevereiro de 2019 do jornal O Estado de São Paulo. **AMBIENTE ECONÔMICO:** O ano de 2018 foi marcado pela retomada da atividade doméstica, que teve uma leve frustração diante das expectativas iniciais, com o PIB de 2018 devendo mostrar uma expansão de cerca de 1,3%. Uma longa e ampla paralisação dos caminhoneiros e as incertezas relacionadas com o pleito presidencial também acabaram por comprometer a confiança de consumidores e investidores, comprometendo as decisões de consu-

mo e investimento, respectivamente. Diante da grande ociosidade dos fatores de produção, com destaque para a ainda elevada taxa de desemprego, o espaço para pressões inflacionárias derivadas da desvalorização cambial registrada no ano mostrou-se bastante limitado, permitindo ao Copom reduzir a taxa Selic para a mínima histórica (6,5%) e ainda assim encerrar o ano com o IPCA ao redor de 3,7%, abaixo, portanto, do centro da meta inflacionária (4,5%). No cenário político, o ano terminou dominado pela expectativa de que a nova gestão federal promova o necessário avanço da agenda de reformas fiscais, com destaque para a do sistema previdenciário, ainda mais necessária em meio a um ambiente internacional cada vez mais desafiador. A indústria de seguros, por sua vez, apresentou crescimento de 6,6% em 2018 (prêmios de seguro, segundo a SUSEP), acima dos níveis observados nos últimos anos, principalmente devido ao mercado de automóveis ter acelerado sua recuperação, com aumento de 14,6% na venda de veículos novos (vs. 2017). A sinistralidade observada no geral teve redução, ocasionada principalmente pela queda nos números de roubos e furto no país. Para 2019, espera-se a continuidade da estabilização da taxa SELIC e da inflação e deverá marcar a consolidação da retomada do crescimento econômico, aumentando as oportunidades para o setor e para a Companhia. **AGRADECIMENTOS:** Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2019

### A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
<b>Circulante</b>		<b>1.610.222</b>	<b>1.931.154</b>
Disponível		26.934	22.116
Caixa e bancos		26.934	22.116
Equivalentes de caixa	6	21.640	109.317
Aplicações	7	517.013	844.215
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>726.726</b>	<b>684.988</b>
Prêmios a receber	8.1	726.349	684.617
Operações com seguradoras		342	342
Operações com resseguradoras		35	29
Outros créditos operacionais		12.234	3.335
Ativos de resseguro - provisões técnicas	17.1	3.351	3.732
Títulos e créditos a receber		2.538	4.227
Títulos e créditos a receber		2.273	1.298
Créditos tributários e previdenciários		23	2.679
Outros créditos		242	250
Outros valores e bens	11	37.603	23.059
Bens à venda	11.1	37.094	22.582
Outros valores		509	477
Despesas antecipadas		2.585	1.789
Custos de aquisição diferidos	12	259.598	234.376
Seguros		259.598	234.376
<b>Não circulante</b>		<b>1.404.088</b>	<b>978.827</b>
Realizável a longo prazo		1.116.359	656.011
Aplicações	7	982.423	518.264
Outros créditos operacionais		874	1.582
Títulos e créditos a receber		123.208	127.709
Títulos e créditos a receber		209	209
Créditos tributários e previdenciários	9.1	42.804	47.232
Depósitos judiciais e fiscais	10	76.021	77.166
Outros créditos		4.174	3.102
Outros valores e bens	11	9.317	8.326
Despesas antecipadas		537	130
Investimentos		7.856	8.709
Participações societárias		307	351
Imóveis destinados à renda		7.549	8.358
Imobilizado	13	264.229	300.536
Imóveis de uso próprio		256.763	295.406
Bens móveis		4.230	4.506
Outras imobilizações		3.236	624
Intangível		15.644	13.571
Outros intangíveis		15.644	13.571
<b>Total do ativo</b>		<b>3.014.310</b>	<b>2.909.981</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
<b>Circulante</b>		<b>1.981.972</b>	<b>1.790.918</b>
Contas a pagar		138.945	127.832
Obrigações a pagar	14.1	55.032	48.728
Impostos e encargos sociais a recolher	14.2	56.413	54.697
Encargos trabalhistas		3.509	3.348
Impostos e contribuições		21.600	19.070
Outras contas a pagar		2.391	1.989
<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>		<b>92.222</b>	<b>79.310</b>
Prêmios a restituir		282	145
Corretores de seguros e resseguros	15	80.642	69.829
Outros débitos operacionais		11.298	9.336
Depósitos de terceiros	16	5.405	3.865
Provisões técnicas - seguros	17	1.745.400	1.579.911
Danos		1.744.890	1.579.156
Pessoas		510	755
<b>Não circulante</b>		<b>371.774</b>	<b>364.889</b>
Contas a pagar		28.096	23.921
Obrigações a pagar	14.1	2.311	2.076
Tributos diferidos	9.2.2	25.785	21.845
Provisões técnicas - seguros	17	281.608	271.232
Danos		280.212	269.070
Pessoas		1.396	2.162
Outros débitos		62.070	69.736
Provisões judiciais	18	62.070	69.736
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>19 660.564</b>	<b>754.174</b>
Capital social	19.a	480.578	486.276
Aumento de capital (em aprovação)	19.a	-	21.199
Reservas de reavaliação	19.c	2.602	3.001
Reservas de lucros	19.d	153.043	229.747
Ajustes de avaliação patrimonial	19.b	24.341	13.951

Total do passivo e patrimônio líquido

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018 (Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)			
	Nota explicativa	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Prêmios emitidos	20	3.078.140	2.807.259
Variações das provisões técnicas de prêmios	21	(153.462)	(133.347)
<b>Prêmios ganhos</b>	<b>20</b>	<b>2.924.678</b>	<b>2.673.912</b>
Receitas com emissão de apólices		5.828	5.561
<b>Sinistros ocorridos</b>	<b>22</b>	<b>(1.669.569)</b>	<b>(1.631.292)</b>
Custos de aquisição	23	(593.521)	(515.355)
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>24</b>	<b>(106.723)</b>	<b>(95.926)</b>
<b>Resultado com resseguro</b>		<b>(742)</b>	<b>(712)</b>
Despesa com resseguro		(742)	(712)
<b>Despesas administrativas</b>	<b>25</b>	<b>(266.261)</b>	<b>(280.758)</b>
<b>Despesas com tributos</b>	<b>26</b>	<b>(69.251)</b>	<b>(57.857)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>27</b>	<b>183.980</b>	<b>163.482</b>
<b>Resultado patrimonial</b>		<b>2.761</b>	<b>3.473</b>
<b>Resultado operacional</b>		<b>411.180</b>	<b>264.528</b>
<b>Ganhos ou perdas com ativos não correntes</b>		<b>(2.205)</b>	<b>(45)</b>
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>408.975</b>	<b>264.483</b>
<b>Imposto de renda</b>	<b>9.3</b>	<b>(90.810)</b>	<b>(43.659)</b>
<b>Contribuição social</b>	<b>9.3</b>	<b>(69.066)</b>	<b>(39.824)</b>
<b>Participações sobre o lucro</b>		<b>(26.462)</b>	<b>(18.369)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>222.637</b>	<b>162.631</b>
Quantidade de ações	19.a	1.374	1.374
Lucro líquido por ação - R\$		162,036	118,363

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais)		
	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>222.637</b>	<b>162.631</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>10.390</b>	<b>13.034</b>
Ajustes de títulos e valores mobiliários	15.283	23.502
Efeitos tributários	(4.808)	(10.576)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	(142)	179
Efeitos tributários	57	(71)
<b>Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários</b>	<b>233.027</b>	<b>175.665</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais)									
	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros legal	Reserva estatutária	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos finais em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>486.276</b>	-	-	<b>3.086</b>	<b>40.112</b>	<b>175.344</b>	<b>917</b>	<b>705.735</b>
Aumento de capital:									
Aumento de capital em aprovação - AGE de 31/07/2017	19.a	-	21.199	-	-	-	-	-	21.199
Reservas de Reavaliação:									
Realização parcial por depreciação	19.c	-	-	(85)	-	-	-	85	-
Ajustes de avaliação patrimonial	19.b	-	-	-	-	-	13.034	-	13.034
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	162.631	162.631
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal	19.d (i)	-	-	-	8.131	-	-	(8.131)	-
Reservas estatutárias	19.d (ii)	-	-	-	-	6.160	-	(6.160)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (JCP)	19.e	-	-	-	-	-	-	(45.910)	(45.910)
Dividendos JCP intermediários	19.e	-	-	-	-	-	-	(102.515)	(102.515)
<b>Saldos finais em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>486.276</b>	<b>21.199</b>	<b>3.001</b>	<b>48.243</b>	<b>181.504</b>	<b>13.951</b>	<b>-</b>	<b>754.174</b>
Aumento/redução de capital:									
Aumento de capital aprovado - Portaria SUSEP/DIORG nº 813 de 12 de março de 2018	19.a	21.199	(21.199)	-	-	-	-	-	-
Redução de capital aprovado - Portaria SUSEP/DIORG nº 1120 de 05 de novembro de 2018		(26.897)	-	-	-	-	-	-	(26.897)
Reserva de reavaliação:									
Realização parcial por depreciação	19.c	-	-	(399)	-	-	-	399	-
Ajustes de avaliação patrimonial	19.b	-	-	-	-	-	10.390	-	10.390
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	222.637	222.637
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal	19.d (i)	-	-	-	11.132	-	-	(11.132)	-
Reservas estatutárias	19.d (ii)	-	-	-	-	93.668	-	(93.668)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (JCP)	19.e	-	-	-	-	-	-	(58.937)	(58.937)
Dividendos JCP intermediários	19.e	-	-	-	-	(181.504)	-	(59.299)	(240.803)
<b>Saldos finais em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>480.578</b>	<b>-</b>	<b>2.602</b>	<b>59.375</b>	<b>93.668</b>	<b>24.341</b>	<b>-</b>	<b>660.564</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais)		
	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
<b>Atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	222.637	162.631
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	7.248	5.782
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	2.529	2.767
Perda na alienação de imobilizado e intangível	2.056	44
Resultado de equivalência patrimonial	44	6
Outros ajustes	10.018	13.034
<b>Variação nas contas patrimoniais:</b>		
Ativos financeiros	(136.957)	(96.260)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(44.267)	(101.712)
Ativos de resseguro	381	(1.905)
Créditos fiscais e previdenciários	4.993	377
Ativo fiscal diferido	2.090	(2.239)
Depósitos judiciais e fiscais	1.145	17.692
Despesas antecipadas	(1.203)	2.700
Custos de aquisição diferidos	(25.222)	(12.933)
Outros ativos	(25.765)	16.896
Impostos e contribuições	154.846	86.744
Outras contas a pagar	12.759	(14.908)
Débitos de operações com seguros e resseguros	12.912	4.193
Depósitos de terceiros	1.540	1.374
Provisões técnicas - seguros e resseguros	175.865	173.843
Provisões judiciais	(7.665)	(21.262)
<b>Caixa líquido gerado nas operações</b>	<b>369.984</b>	<b>236.864</b>
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	371	30
Imposto sobre o lucro pago	(152.316)	(71.994)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>218.039</b>	<b>164.900</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Recebimento pela venda:		
Investimentos	4.514	24
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(1.620)	(1.654)
Intangível	(4.052)	(9.322)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(1.158)</b>	<b>(10.952)</b>
<b>Atividades de financiamento&lt;/</b>		



**AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11  
Sede: Avenida Rio Branco, 80, 13ª, 16ª ao 20º andar - Centro - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

☆ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias: **(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - títulos para negociação:** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem. **(ii) Títulos disponíveis para venda:** São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment"). **(iii) Empréstimos e recebíveis (clientes):** Incluem-se nesta categoria os recebíveis (prêmios a receber de segurados) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.6.1). **(b) Determinação de valor justo de ativos financeiros:** Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia: • Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto. • Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos. **2.5 ATIVO DE RESSEGURO:** Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 2.6). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores. **2.6 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT"):** **2.6.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES):** Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco). A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria. Adicionalmente, são provisionados os prêmios cuja vigência do risco de seguro tenha expirado, conforme regras da SUSEP. Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo e observando também regras específicas da SUSEP. **2.6.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA:** A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado. **2.6.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados, são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment". **2.7 BENS À VENDA - SALVADOS:** A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação. Adicionalmente, os bens salvados que não estejam disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP. **2.8 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS (DAC):** As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. **2.9 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO:** Compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13. **2.10 CONTRATOS DE SEGURO E CONTRATOS DE INVESTIMENTOS - CLASSIFICAÇÃO:** A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro. Os contratos de assistência a segurados, como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato. Na data de balanço, não foram identificados contratos classificados como contratos de investimentos. **2.11 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS:** **2.11.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINAIS DE CONTRATOS DE SEGURO:** Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizada na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis. Não são aplicados os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir: **(a)** A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos e tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo. **(b)** A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão. **(c)** A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de coseguro. Essa provisão é ajustada pela provisão "IBNeR", com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofreram ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas. **(d)** A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas. A IBNR do ramo DPVAT (seguro obrigatório) é constituída conforme determina a Resolução do CNSP. **(e)** A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é

constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios. As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais. **2.11.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP):** Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou "Liability Adequacy Test" - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste, exceto DPVAT. Esse teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo), conforme critérios do CPC 11 e da SUSEP. Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas atualizadas. Para os ramos de risco decorrido, são levados em consideração os prêmios ganhos observados para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios no período subsequente à data-base de cálculo. Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, registra-se a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo/complementando a Provisão Complementar de Cobertura (PCC). Alguns contratos permitem o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). Fica resguardado, também, o direito contratual de se buscar ressarcimentos de terceiros, com sub-rogação de direitos para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos. Consequentemente, estimativas de recuperações são incluídas como um redutor na avaliação e, consequentemente, na execução do TAP. **2.12 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS:** As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante. **2.13 RECONHECIMENTO DE RECEITAS:** **2.13.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO:** As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.11.1(a)). As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional). **2.13.2 RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS RECEBIDOS:** As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento. As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido. **2.14 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO:** A distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente. **2.15 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:** Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras é constituída à alíquota de 20% e passará para 15% em 1º de janeiro de 2019 conforme Lei nº 13.189/15 (vide nota explicativa nº 9.3). Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações. **3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A Administração da Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos riscos de continuidade de seus negócios, uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em um mercado em expansão no país, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial. **3.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS:** O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. O valor total dos passivos de contratos de seguro, em 31 de dezembro de 2018, era de R\$ 2.027.008. **3.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nessa área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas por "impairment", conforme descrito o item 2.6.1. O valor total dos ativos financeiros (incluindo caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e prêmios a receber de segurados), em 31 de dezembro de 2018, era de R\$ 2.274.425 para os quais existem R\$ 96 de provisão para risco de crédito. **3.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS:** A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor total das provisões judiciais, em 31 de dezembro de 2018, era de R\$ 62.070, para as quais existe R\$ 76.021 em depósitos judiciais. **3.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O valor total dos créditos tributários diferidos, em 31 de dezembro de 2018, era de R\$ 42.827 (ativo), e R\$ 25.785 (passivo). **4. GESTÃO DE RISCOS:** A Companhia está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos. A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas. Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promovendo o acurramento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos. Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital disponível. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente. Com o intuito de obter

sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem como objetivo fornecer subsídios e informações à alta Administração em assuntos à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos. A gestão de riscos financeiros, de seguros e operacionais compreende as seguintes categorias: **4.1 RISCO DE CRÉDITO:** O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por: **(a) Portfólio de investimentos:** para gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "A" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações. Em 31 de dezembro de 2018, 85,0% (76,3% em 31 de dezembro de 2017) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA". Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired"). **(b) Inadimplência nos prêmios a receber:** é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 8.1.1. **4.2 RISCO DE LIQUIDEZ:** O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há a definição de caixa mínimo a ser mantido em relação às projeções dos fluxos de caixa. Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação às projeções dos fluxos de caixa e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento. A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2018		Dezembro de 2017	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/ sem vencimento.....	224.315	-	199.413	-
Fluxo de 1 a 30 dias .....	264.139	158.785	325.413	118.905
Fluxo de 2 a 6 meses .....	459.577	853.691	429.897	780.935
Fluxo de 7 a 12 meses .....	72.454	391.207	60.016	367.182
Fluxo de acima de 1 ano .....	1.273.811	108.205	1.287.145	122.533
<b>Total .....</b>	<b>2.294.296</b>	<b>1.511.888</b>	<b>2.301.884</b>	<b>1.389.555</b>

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes. (ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalente de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras. (iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros. **4.3 Risco de Mercado:** O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Inflação (IPCA/IGP-M).....	65,1%	28,5%
Pós-fixados (SELIC/CDI).....	23,3%	60,5%
Prefixados.....	11,6%	11,0%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. São realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e as ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realistas e plausíveis ao perfil e característica do portfólio. Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade da carteira de instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2018 nos termos da Instrução CVM nº 475/08.

Fator de risco	Cenário (i)	Impacto no ativo (ii)
	+ 50 b.p.	(14.141)
	+ 25 b.p.	(7.317)
	+ 10 b.p.	(2.991)
	- 10 b.p.	2.991
	- 25 b.p.	7.317
	- 50 b.p.	14.141
	+ 50 b.p.	(546)
	+ 25 b.p.	(455)
	+ 10 b.p.	(364)
	- 10 b.p.	364
Juros pós-fixados .....	- 25 b.p.	455
	- 50 b.p.	546

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3. (ii) Bruto de efeitos tributários. Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. **4.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO:** O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento. A Companhia emite seguros de automóveis. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco: **(a) Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para o produto. **(b) Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 2.11.2). **(c) Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos. **(d) Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros. A diretoria de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Diretoria Técnica para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos. As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem: • Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos. • Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitam-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores. • Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados. • Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente. • Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável. Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível. Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações

continua



**AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11  
Sede: Avenida Rio Branco, 80, 13º, 16º ao 20º andar - Centro - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 2.11.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências. **4.4.1 Automóveis:** A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de seguro de automóvel para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual. Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores, localizadores em determinados tipos de veículos. A tabela a seguir apresenta a exposição de risco de seguro por região:

Localidade	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Região Sudeste	69,0%	69,7%
Região Sul	15,7%	16,8%
Região Nordeste	10,5%	9,5%
Região Centro-Oeste	3,5%	2,9%
Região Norte	1,3%	1,1%

A tabela a seguir apresenta a sensibilidade da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Despesas administrativas - aumento de 15,0 p.p.	(63.978)	(70.490)
Sinistros - aumento de 15,0 %	(89.106)	(35.744)

**4.5 RISCO OPERACIONAL:** O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal. A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer um método para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável. Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

**5. GESTÃO DE CAPITAL:** A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. A Companhia possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital. Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados. De forma independente, a área de Gestão Corporativa de Risco monitora a aderência aos requerimentos regulatórios e aos critérios de política interna. A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de riscos de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas na nota explicativa nº 19(f).

**6. EQUIVALENTES DE CAIXA:** Equivalentes de caixa incluem operações compromissadas lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e Letras do Tesouro Nacional (LTNs) com vencimentos em até 3 meses.

**7. APLICAÇÕES**

**7.1 ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO**

**7.1.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (\*)**

	Dezembro de 2018			Dezembro de 2017		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Fundos abertos</b>						
Cotas de fundos de investimentos	195.298	-	195.298	175.354	-	175.354
	<b>195.298</b>	<b>-</b>	<b>195.298</b>	<b>175.354</b>	<b>-</b>	<b>175.354</b>
<b>Fundos exclusivos</b>						
NTNs B	185.777	-	185.777	55.799	-	55.799
LFTs	123.996	-	123.996	551.988	-	551.988
NTNs C	7.230	-	7.230	12.432	-	12.432
Debêntures	-	3.623	3.623	-	17.465	17.465
Letras financeiras - privadas	-	1.089	1.089	-	25.055	25.055
Outros	-	-	-	-	2.005	2.005
<b>Total</b>	<b>317.003</b>	<b>4.712</b>	<b>321.715</b>	<b>620.219</b>	<b>44.525</b>	<b>664.744</b>
	<b>512.301</b>	<b>4.712</b>	<b>517.013</b>	<b>795.573</b>	<b>44.525</b>	<b>840.098</b>

**Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:** 34% 62%  
(\*) Os títulos para negociação são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos ou exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

**7.1.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA**

	Dezembro de 2018			Dezembro de 2017		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Carteira própria</b>						
NTNs B	756.888	-	756.888	306.168	-	306.168
LTNs	180.924	-	180.924	162.773	-	162.773
NTNs C	44.092	-	44.092	40.598	-	40.598
Debêntures	-	-	-	-	12.346	12.346
<b>Total (i)</b>	<b>981.904</b>	<b>-</b>	<b>981.904</b>	<b>509.539</b>	<b>12.346</b>	<b>521.885</b>
Circulante	-	-	-	-	-	4.117
Não circulante (ii)	-	981.904	981.904	-	-	517.768

(i) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em dezembro de 2018 era de R\$ 940.514 (R\$ 495.778 em dezembro de 2017), gerando assim um ganho não realizado registrado em "Outros Resultados Abrangentes" no patrimônio líquido de R\$ 41.390 (R\$ 26.107 em dezembro de 2017), e um efeito de R\$ 15.283 na demonstração de resultado abrangente, bruto dos efeitos tributários. (ii) A diferença para o total das aplicações refere-se aos investimentos avaliados ao custo de aquisição, uma vez que não existem mercados ativos para essas ações no montante de R\$ 519 em dezembro de 2018 (R\$ 496 em dezembro de 2017).

**7.2 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (\*)**

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.471.796</b>	<b>1.352.892</b>
Aplicações	1.631.834	1.411.106
Resgates	(1.689.664)	(1.410.310)
Rendimento	91.827	141.610
Ajuste a valor de mercado	15.283	(23.502)
<b>Saldo final</b>	<b>1.521.076</b>	<b>1.471.796</b>

(\*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

**7.2.1 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS:** As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Equivalentes de caixa (*)	6,37	6,87
<b>Fundos exclusivos</b>		
Letras financeiras % CDI	103,00	106,27
NTNs B - IPCA	4,83	5,08
NTNs C - IGP-M	5,53	5,53

**Carteira própria**

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
LTNs	11,34	11,34
NTNs B - IPCA	5,33	5,94
NTNs C - IGP-M	5,45	5,45

(\*) Vide nota explicativa nº 6.

**8. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS**

**8.1 PRÊMIOS A RECEBER**

	Dezembro de 2018		Dezembro de 2017	
	Redução a receber de segurados	Prêmios líquidos	Redução a receber de segurados	Prêmios líquidos
Automóveis	515.202	(78)	515.124	472.932
Responsabilidade Civil facultativa	132.064	(17)	132.047	144.415
Assistência e outras coberturas	73.273	(1)	73.272	61.794
Demais ramos	5.906	-	5.906	5.640
	<b>726.445</b>	<b>(96)</b>	<b>726.349</b>	<b>684.781</b>
			<b>(164)</b>	<b>684.617</b>

**8.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS**

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
A vencer	697.224	660.265
Vencidos de 1 a 30 dias	27.860	23.628
Vencidos de 31 a 60 dias	893	606
Vencidos de 61 a 120 dias	340	214
Acima de 121 dias	128	68
	<b>726.445</b>	<b>684.781</b>
	<b>(96)</b>	<b>(164)</b>
	<b>726.349</b>	<b>684.617</b>

**8.1.2 MOVIMENTAÇÃO**

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
<b>Saldo inicial</b>	<b>684.617</b>	<b>585.999</b>
Prêmios emitidos	3.199.482	2.882.413
IOF	230.584	209.814
Adicional de fracionamento	73.349	68.451
Prêmios cancelados	(145.251)	(112.953)
Recebimentos	(3.316.500)	(2.949.390)
Provisão para riscos de créditos	68	283
<b>Saldo final</b>	<b>726.349</b>	<b>684.617</b>

**8.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL**

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
<b>Saldo inicial</b>	<b>164</b>	<b>447</b>
Provisões constituídas	2.052	4.326
Reversões e baixas	(2.120)	(4.609)
<b>Saldo final</b>	<b>96</b>	<b>164</b>

As despesas/reversões de provisões para riscos de créditos foram registradas na conta "Outras despesas operacionais" da Demonstração do Resultado (vide nota explicativa nº 24).

**8.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO**

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Automóvel	1 a 4	76%	78%
	5 a 10	24%	22%

**9. TRIBUTOS**

**9.1 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS**

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
<b>Não circulante</b>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (*)	25.566	30.598
PIS e COFINS diferidos sobre PSL e IBNR	17.238	16.634
	<b>42.804</b>	<b>47.232</b>

(\*) Vide nota explicativa nº 9.2.1.

**9.2 TRIBUTOS DIFERIDOS**

**9.2.1 ATIVO**

	Dezembro de 2017	Constituição	Reversão	Dezembro de 2018
<b>Diferenças temporárias decorrentes de:</b>				
Provisão participação lucros administradores	7.570	10.405	(9.740)	8.235
Redução ao valor recuperável de ativos	5.940	-	(1.189)	4.751
Provisão para processos judiciais	4.145	-	(2.339)	1.806
Provisão passivas não dedutíveis	3.872	1.384	(3.553)	1.703
Provisão para obrigações legais - COFINS	2.518	-	-	2.518
Provisão para obrigações legais - INSS	2.441	-	-	2.441
Provisão fiscal - outras	2.259	-	-	2.259
Provisão para obrigações legais - PIS	1.853	-	-	1.853
	<b>30.598</b>	<b>11.789</b>	<b>(16.821)</b>	<b>25.566</b>

**9.2.2 PASSIVO**

	Dezembro de 2017	Constituição	Reversão	Dezembro de 2018
<b>Natureza</b>				
IR e CS sobre aplicações financeiras	11.747	39.827	(35.019)	16.555
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS	6.850	883	(1.411)	6.322
Imposto de renda e contribuição social sobre reavaliação de imóveis	3.248	110	(450)	2.908
	<b>21.845</b>	<b>40.820</b>	<b>(36.880)</b>	<b>25.785</b>

**9.2.3 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO:** A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2019	32.359
2020	1.336
2021	1.194
2022	900
Após 2022	7.015
<b>Total - Ativo</b>	<b>42.804</b>
<b>Valor presente (*)</b>	<b>40.229</b>

(\*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia do exercício, líquida dos efeitos tributários.

**13. IMOBILIZADO**

	Saldo residual em Dezembro de 2017	Aquisições	Baixas	Dezembro de 2018
Terrenos	153.283	-	(23.930)	129.353
Edificações (*)	142.123	5	(8.398)	138.730
Imóveis de uso	295.406	5	(32.328)	268.083
Informática	2.891	1.046	-	3.937
Móveis máq. e utensílios	1.322	507	(3)	1.826
Outras imobilizações	293	62	(5)	350
<b>Bens móveis de uso</b>	<b>4.506</b>	<b>1.615</b>	<b>(8)</b>	<b>6.113</b>
Obras em andamento	535	-	(460)	75
Outras imobilizações	89	-	(55)	34
Outras imobilizações	624	-	(460)	164
	<b>300.536</b>	<b>1.620</b>	<b>(32.796)</b>	<b>269.360</b>

(\*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

**14. CONTAS A PAGAR**

**14.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR**

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Transações com partes relacionadas (i)	23.649	22.595
Participação nos lucros a pagar	28.341	22.075
Provisão de benefícios a empregados	2.311	2.075
Dividendos a pagar	1.689	1.689
Outras	1.353	2.370
	<b>57.343</b>	<b>50.804</b>
Circulante	55.032	48.728
Não Circulante	2.311	2.076

(i) Vide nota explicativa nº 28.

**14.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER**

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
IOF	49.848	47.152
INSS e FGTS	1.694	1.785
Impostos retidos na fonte	662	673
Imposto sobre serviços retidos	594	1.408
Outros	3.615	3.679
	<b>56.413</b>	<b>54.697</b>

**15. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS:** Referem-se a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

**16. DEPÓSITOS DE TERCEIROS:** Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o prazo médio de permanência dos saldos nesta conta era de até 30 dias.

	De 1 a 30 dias	De 1 a 6 meses	Total
Cobrança antecipada de prêmios	682	-	682
Prêmios e emolumentos recebidos	4.705	-	4.705
<b>Total em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>5.387</b>	<b>18</b>	<b>5.405</b>
<b>Total em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>3.865</b>	<b>-</b>	<b>3.865</b>



**AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11  
Sede: Avenida Rio Branco, 80, 13º, 16º ao 20º andar - Centro - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**17.2 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS:** De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Total das provisões técnicas (A)	2.027.008	1.851.143
Direitos creditórios (i)	606.315	563.443
Custo de aquisição diferidos pagos	172.198	161.137
Operações com resseguradoras	3.351	3.732
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	781.864	728.312
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	1.245.144	1.122.831
Necessidade de ativos líquidos (ii) (D)	114.597	103.829
Títulos de renda fixa - públicos	981.904	509.539
Cotas de fundos de investimento	480.142	774.062

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Títulos de renda fixa - privados	-	12.346
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	1.462.046	1.295.947
Excedente (E - C - D)	102.305	69.287

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer. (ii) A partir de 2014, o CNSP passou a exigir que as empresas super-visoradas ofereçam, no mínimo, 20% de seu Capital de Risco em títulos do Tesouro Nacional ou fundos compostos por esses títulos.

**17.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS**

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões para sinistros da Companhia em anos posteriores aos anos de constituição, em R\$ milhões, denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Montante estimado de sinistro no ano do aviso	121,6	158,7	177,6	193,7	220,2	236,1	264,9	299,3	302,3
Um ano mais tarde	122,5	164,7	183,5	179,0	215,0	230,2	265,1	256,3	-
Dois anos mais tarde	137,4	173,3	185,8	189,6	227,9	252,1	251,5	-	-
Três anos mais tarde	142,1	174,3	196,4	193,5	254,7	238,0	-	-	-
Quatro anos mais tarde	141,8	185,0	196,7	223,8	240,4	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	152,3	182,6	223,8	211,7	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	148,7	204,6	214,3	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	167,3	197,4	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	161,7	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente	161,7	197,4	214,3	211,7	240,4	238,0	251,5	256,3	302,3
Pagamentos acumulados até a data-base	(147,0)	(179,3)	(192,0)	(185,3)	(206,8)	(197,7)	(203,1)	(199,7)	-
Total	(6,4)	18,1	22,3	26,4	33,6	40,3	48,4	56,6	302,3
DPVAT e retrocessão	-	-	-	-	-	-	-	-	194,3
PSL e IBNR reconhecidas no balanço	-	-	-	-	-	-	-	-	496,6

**17.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL:** A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Saldo inicial	88.068	84.335
Total pago no exercício	(30.951)	(30.827)
Novas constituições no exercício	3.321	3.321
Baixas da provisão por êxito	(10.296)	(10.296)
Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	6.384	7.172
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (i)	10.558	10.042
Saldo final (ii)	67.084	88.068
Quantidade de processos	2.226	2.541

(i) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo. (ii) Não incluem saldos de DPVAT.

**18. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS:** A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de naturezas tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores externos. Contudo existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final destas saídas.

	Fiscais (a)	Trabalhistas (c)	Cíveis (d)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	60.300	6.921	2.515	69.736
Constituições	-	67	1.257	1.324
Enc. êxito/reversões	(1.241)	(3.606)	(676)	(5.523)
Pagamentos (*)	(2.354)	-	(550)	(2.904)
Atualização monetária	1.197	(1.627)	(133)	(563)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	57.902	1.755	2.413	62.070
Quantidade de processos	37	32	88	157

(\*) Para contingências fiscais refere-se ao processo do REFIS (vide item (a)(v)).

(a) **Provisão para processos fiscais:** As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
COFINS (i)	19.229	18.473
REFIS (v)	10.890	10.605
PIS (ii)	9.948	9.617
Outras	8.905	8.604
INSS - autônomos (iii)	7.866	7.542
Contribuição social - dedutibilidade base imposto (iv)	1.064	5.459
Total	57.902	60.300

(i) **COFINS:** Com o advento da Lei nº 9.718/98, as companhias de seguros e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS, incidente sobre suas receitas à alíquota de 3%, a partir de fevereiro de 1999, e de 4% depois da promulgação da Lei nº 10.684/03. A Companhia questiona judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei nº 9.718/98, que conceituou faturamento como equivalente a receita bruta. Na ação movida pela Companhia, atualmente aguarda-se o julgamento do Recurso Extraordinário nº 400.479 interposto pela Companhia. (ii) **PIS:** A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instaurada nos termos das Emendas Constitucionais (EC) nºs 01/94, 10/96 e 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil. Na ação que discute a EC 01/94, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário nº 427.966 interposto pela União. Na ação que discute a EC 10/96, aguarda-se julgamento do Recurso Especial e do Recurso Extraordinário interpostos pela Companhia. Na ação que discute a EC 17/97, aguarda-se julgamento do agravo de instrumento apresentado. Na ação que discute a Lei 9.718/98, atualmente aguarda julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela União, que foi substituído até o julgamento do RE nº 400.479 e do Agravo de Instrumento nº 732.247. (iii) **Instituto Nacional da Previdência Social (INSS) autônomos:** Na ação que discute a LC 84/96, e na ação que discute a Lei nº 9.876/99, movidas pela Companhia, houve adesão ao programa de parcelamento de débito da Lei nº 11.941/09, relativo à discussão da incidência sobre a comissão dos corretores, prosseguindo somente com a discussão em relação ao adicional de 2,5%, que atualmente aguarda o julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela sociedade. (iv) **CSLL:** A Sociedade Rio Branco, incorporada pela Companhia, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal pelo não recolhimento da CSLL no período de 1992 a 2000. A Companhia discute administrativamente a aplicação desse auto de infração, uma vez que possui decisão transitada em julgado que lhe confere o direito de não recolher a referida contribuição. Atualmente aguarda-se o julgamento dos Recursos Especiais interpostos pela União e pela Companhia, em face de decisão que deu parcial provimento ao Recurso Voluntário. (v) **REFIS:** A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal (REFIS) no ano de 2013, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação para desistência das ações. No exercício 2017 a Companhia efetuou o pagamento (reversão a União) de R\$ 21.003 a título de REFIS proveniente de despacho relativos à contribuição previdenciária, requerendo a suspensão da exigibilidade da referida contribuição incidente sobre as remunerações dos autônomos, empresários e avulsos, nos termos da Lei nº 9.876/99, por entender ser indevido o adicional de 2,5% exigido somente para as instituições financeiras e seguradoras.

(b) **Contingências fiscais e previdenciárias:** A Companhia é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas como perda possível, não são provisionadas. A principal refere-se à discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados e tem seu risco estimado em R\$ 6.624. A Companhia possui autuações da Receita Federal do Brasil, questionando a não inclusão das receitas financeiras sobre os rendimentos das aplicações financeiras vinculadas às receitas técnicas, na base de cálculo do PIS e COFINS. Segundo a Receita Federal do Brasil, esse entendimento das aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas e investimentos compulsórios, também compõem a receita de prêmio e, portanto, devem ser tratadas como receita operacional. Os valores envolvidos na Companhia, como perda possível, têm risco estimado em R\$ 32.307. (c) **Provisão para processos e contingências trabalhistas:** A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista. Os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações trabalhistas na Companhia é de 30 meses. Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante de R\$ 64 (R\$ 41 em dezembro de 2017) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia (perda possível), não há constituição de provisão. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações. (d) **Provisão para**

**processos e contingências cíveis:** A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbência. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações cíveis na Companhia é de 24 meses. Adicionalmente às provisões registradas existem outros passivos contingentes, não registradas contabilmente, no montante em riscos de R\$ 35.373 (R\$ 22.856 em dezembro de 2017) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis, não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

**19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

(a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 480.578, dividido em 1.434 (mil quatrocentos e trinta e quatro unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal. Foram aprovadas pela Portaria SUSEP/DIORG nº 813, de 12 de março de 2018 o aumento do capital social em R\$ 21.199 passando o capital de R\$ 488.276 para R\$ 507.475 e Portaria SUSEP/DIORG nº 1.120, de 05 de novembro de 2018 reduzindo o capital social em R\$ 28.897 passando o capital de R\$ 507.475 para R\$ 480.578. (b) **Ajuste de avaliação patrimonial:** Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 7.1.2). (c) **Reserva de reavaliação:** Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados. A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados no exercício do montante de R\$ 399 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 85 em 31 de dezembro de 2017). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios. A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07. (d) **Reserva de lucros:** (i) **Reserva legal:** A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2018, seu saldo era de R\$ 59.375 (R\$ 48.243 em 31 de dezembro de 2017). (ii) **Reserva estatutária:** Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade de patrimônio social ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento do capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2018, seu saldo era de R\$ 93.668 (R\$ 181.504 em 31 de dezembro de 2017). (e) **Dividendos e juros sobre capital próprio:** De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da Lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), líquido dos efeitos tributários, é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido. A Administração da Companhia aprovou, nas reuniões de diretoria realizadas em 27 de junho de 2018 e 31 de outubro de 2018, a distribuição a seus acionistas de JCP no valor de R\$ 39.740 (R\$ 48.425 em 2017), líquidos de imposto de renda. Adicionalmente, entre os meses de janeiro a novembro de 2018, a Diretoria da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários à conta de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 181.504. Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Lucro líquido do exercício	222.637	162.631
(-) Reserva legal - 5%	(11.132)	(8.131)
Realização da reserva de reavaliação	399	85
Lucro básico para determinação do dividendo	211.904	154.585
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	52.976	38.646
JCP distribuído - líquido (*)	39.740	48.425
Dividendos obrigatórios	52.976	38.646
Dividendos intermediários	207.024	61.354
Total de dividendos e JCP	299.740	148.425
Total por ação (R\$)	209.023,71	103.288,10

(\*) Em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 58.937 destacados do DMPL estão incluídos os dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 5.961, referentes ao imposto de renda retido na fonte (15%) sobre JCP.

**(f) Demonstração do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e Capital Mínimo Requerido (CMR)**

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Patrimônio líquido	657.461	754.174
Participação em sociedades	(307)	(351)
Despesas antecipadas	(3.122)	(1.919)
Ativos intangíveis	(15.644)	(13.571)
Superávit TAP	15.669	7.209
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	654.057	745.542
Capital base	15.000	15.000
Capital de risco de subscrição	530.188	482.802
Capital de risco de crédito	14.765	21.731
Capital de risco de mercado	52.594	25.801
Capital de risco operacional	19.595	17.912
Efeito da correlação entre os capitais de risco	(44.155)	(29.100)
Total de capital de risco	572.987	519.146
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	572.987	519.146
Suficiência de capital	81.070	226.396

**20. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSÃO**

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Automóveis	2.160.663	2.029.943
Responsabilidade civil facultativa	564.817	567.937
DPVAT	50.286	50.099
Assistência e outras coberturas auto	301.588	275.389
Demais ramos	786	1.310
Total	3.078.140	2.924.678

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Prêmios emitidos	1.933.340	1.877.982
Prêmios ganhos	559.353	544.801
Índice de sinistralidade (%)	66,7	66,7
Índice de comissionamento (%)	56,7	56,7
Automóveis	1.933.340	1.877.982
Responsabilidade civil facultativa	559.353	544.801
DPVAT	62.767	62.481
Assistência e outras coberturas auto	249.887	186.347
Demais ramos	1.912	2.301
Total	2.807.259	2.673.912

**21. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS**

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Bruto de resseguro	(149.601)	(149.601)
Líquido de resseguro	(149.601)	(149.601)
Bruto de resseguro	(3.674)	(3.674)
Líquido de resseguro	(3.674)	(3.674)
Outras provisões	(187)	(187)
Total	(153.462)	(153.462)

**22. SINISTROS OCORRIDOS**

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Sinistros avisados - administrativo	(1.755.725)	(1.648.618)
Assistência	(139.230)	(129.813)
Sinistros avisados - judicial	(5.747)	(36.705)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	205	(7.559)
Salvados	284.928	252.642
Ressarcimentos	20.493	18.522
Outras despesas com sinistros	(74.493)	(79.761)
Total	(1.669.569)	(1.631.292)

**23. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (\*)**

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Comissões sobre prêmios retidos	(525.664)	(465.835)
Outras despesas de comercialização	(93.079)	(62.453)
Variação das despesas de comercialização diferidas	25.222	12.933
Total	(593.521)	(515.355)

(\*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 12) e as despesas de comercialização não diferidas.

**24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Receitas com operações de seguros	10.595	9.887
Receitas - DPVAT	3.962	1.423
Total de outras receitas	14.557	11.310
Despesas com sistema de riscos	(46.060)	(34.906)
Despesas com serviços de assistência	(36.028)	(36.306)
Despesas com cobrança	(21.042)	(17.486)
Convênio DPVAT	(7.024)	(6.769)
Despesas com encargos sociais	(6.476)	(6.551)
Outras	(4.650)	(5.218)
Total de outras despesas	(121.280)	(107.236)
Outras receitas e despesas operacionais	(106.723)	(95.926)

**25. DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Despesas compartilhadas (*)	(152.529)	(174.153)
Pessoal e benefícios pós-emprego	(47.712)	(50.616)
Serviços de terceiros	(26.497)	(25.662)
Localização e funcionamento	(24.8	



## AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11  
Sede: Avenida Rio Branco, 80, 13º, 16º ao 20º andar - Centro - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

☆ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Pares Empreendimentos e Participações S.A.	Participação	Banco Itaúcard S.A.	Participação	Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	Participação
Jayme Brasil Garfinkel.....	32,9%	Itaú Unibanco Holding S.A. ....	100,0%	Alfredo Egydio Arruda Villela Filho.....	12,7%
Cleusa Campos Garfinkel.....	30,5%	<b>Banco Itaú BBA S.A.</b>	<b>Participação</b>	Ana Lucia de Mattos Barreto Villela.....	12,7%
Ana Luiza Campos Garfinkel.....	18,3%	Itaú Unibanco Holding S.A. ....	100,0%	Fundação Itaú Social.....	11,7%
Bruno Campos Garfinkel.....	18,3%	<b>Itaú Unibanco Holding S.A.</b>	<b>Participação</b>	Rudric ITH S.A.....	8,3%
<b>Rosag Empreendimentos e Participações S.A.</b>	<b>Participação</b>	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. ....	51,7%	Fundação Fahz.....	15,4%
Jayme Brasil Garfinkel.....	100,0%	Outros.....	9,1%	Outros.....	39,2%
<b>Itaúseg Participações S.A.</b>	<b>Participação</b>	<b>IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.</b>	<b>Participação</b>	<b>Cia e Johnston de Participações</b>	<b>Participação</b>
Banco Itaúcard S.A.....	27,0%	Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.....	39,2%	Pedro Moreira Salles.....	25,0%
Itaú Unibanco S.A.....	61,5%	Outros.....	9,1%	Fernando Roberto Moreira Salles.....	25,0%
Banco Itaú BBA S.A.....	11,5%	<b>IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.</b>	<b>Participação</b>	João Moreira Salles.....	25,0%
<b>Itaú Unibanco S.A.</b>	<b>Participação</b>	Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.....	50,0%	Walther Moreira Salles.....	25,0%
Itaú Unibanco Holding S.A. ....	100,0%	Cia e Johnston de Participações.....	50,0%	<b>Rudric ITH S.A.</b>	<b>Participação</b>
				Ricardo Villela Marino.....	50,0%
				Rodolfo Villela Marino.....	50,0%
				(*) Participações nas ações ordinárias.	

#### DIRETORIA

<b>ROBERTO DE SOUZA SANTOS</b> Diretor Presidente	<b>MARCELO BARROSO PICANÇO</b> Diretor Geral - Negócios e Investimentos	<b>CELSO DAMADI</b> Diretor Geral - Financeiro e Controladoria	<b>LENE ARAÚJO DE LIMA</b> Diretor Geral - Suporte e Governança	<b>JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA</b> Diretor Geral - Corretores de Seguros e Vendas On-Line	<b>GILMAR PIRES RODRIGUES</b> Diretor de Produto - Automóvel
<b>LAURIBERTO TADEU TAVARES</b> Diretor de Sinistro Automóvel	<b>FABIO OHARA MORITA</b> Diretor Técnico	<b>CLAUDIA DE OLIVEIRA MACHADO MATTEDI</b> Diretora Financeira, de Patrimônio e Suprimentos	<b>LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES</b> Diretor	<b>EVA VASQUEZ MONTENEGRO MIGUEL</b> Diretora de Produção	

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

VALTAIR CASTRO TAVARES - Contador - CRC RJ 065046/O-6

#### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

<p>Aos Administradores e Acionistas</p> <p><b>Azul Companhia de Seguros Gerais</b></p> <p><b>Opinião</b></p> <p>Examinamos as demonstrações financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.</p> <p>Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Azul Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).</p> <p><b>Base para opinião</b></p> <p>Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p><b>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor</b></p> <p>A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.</p> <p>Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.</p> <p>Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante</p>	<p>no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.</p> <p><b>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras</b></p> <p>A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p>Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.</p> <p>Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.</p> <p><b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras</b></p> <p>Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.</p> <p>Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o</li> </ul>	<p>proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.</li> <li>Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.</li> <li>Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.</li> <li>Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.</li> </ul> <p>Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p>
		<p>Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2019</p> <p> <b>PricewaterhouseCoopers</b> Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5</p> <p style="text-align: right;"><b>Carlos Eduardo Sá da Matta</b> Contador CRC 1SP216397/O-5</p>

#### PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

<p>Aos Acionistas e Administradores da Azul Companhia de Seguros Gerais</p> <p><b>Escopo da Auditoria</b></p> <p>Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da Azul Companhia de Seguros Gerais (Sociedade) em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente.</p> <p><b>Responsabilidade da Administração</b></p> <p>A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p><b>Responsabilidade dos Atuários Independentes</b></p> <p>Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA</p>	<p>e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.</p> <p>Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.</p> <p>Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.</p> <p><b>Opinião</b></p> <p>Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Azul Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2018, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.</p>	<p><b>Outros Assuntos</b></p> <p>No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.</p>
		<p>São Paulo, 22 de fevereiro de 2019</p> <p> <b>PricewaterhouseCoopers</b> Serviços Profissionais Ltda. Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino São Paulo - SP - Brasil 05001-903 CNPJ 02.646.397/0001-19 CIBA 105</p> <p style="text-align: right;"><b>Carlos Eduardo Silva Teixeira</b> MIBA 729</p>

Id: 2165931

#### LÍNEA AMARILLA BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Fechada  
CNPJ/MF N° 11.395.604/0001-09 - NIRE: 33.3.0030274-3

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de janeiro de 2019.** 1- **Data, hora e local:** No dia 02 de janeiro de 2019, às 14 horas, na sede social da Linha Amarela Brasil Participações S.A., localizada na Av. Almirante Barroso n° 52, sala 3001, parte, Centro, Rio de Janeiro/RJ ("Companhia"). 2- **Convocação:** Dispensada a convocação nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei n° 6.404/76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia. 3- **Presença:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme registros lavrados no Livro de Presença de Acionistas assinado e arquivado na sede da Companhia, estando presente como convidada a Sra. Ana Carolina dos Rémedios Monteiro da Motta, também convidada para secretariar a reunião. 4- **Mesa:** Presidente: Erik da Costa Breyer; e Secretária: Ana Carolina dos Rémedios Monteiro da Motta. 5- **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a eleição de membro de Diretoria da Companhia; e (ii) concessão de Carta de Indenidade. 6- **Assuntos e Deliberações:** Foi aprovada pela acionista a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, na forma do art. 130 da Lei n° 6.404/76. Examinada as matérias constantes da ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos: 6.1. **Eleição de membro de Diretoria da Companhia:** Considerando a renúncia do Sr. Luis Eduardo Simonetti Baroni ao cargo de Diretor Sem Designação específica da Companhia com efeitos a partir de 31/12/2018, foi aprovada a eleição do Sr. **Pedro Augusto Cardoso da Silva**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da carteira de identidade nº 064474844, emitida pela IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 852.270.307-82, com endereço comercial na Av. Almirante Barroso, n° 52, salas 801, 3001 e 3002, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-000, para o cargo de Diretor Sem Designação específica da Companhia, em complementação de mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária que se realizará em 2019. O Diretor ora eleito declara estar desimpedido na forma da lei para o exercício do respectivo cargo. Em função da deliberação tomada acima, a composição da Diretoria da Companhia passa ser a indicada no quadro abaixo: **Diretoria da Companhia:** Erik da Costa Breyer - Diretor Presidente; Enio Stein Júnior - Diretor Sem Designação espe-

cífica; Júlio César Fonseca - Diretor Sem Designação específica; Eduardo Marques de Almeida Dantas - Diretor Sem Designação específica; Tulio Toledo Abi-Saber - Diretor Sem Designação específica; **Pedro Augusto Cardoso da Silva** - Diretor Sem Designação específica. 6.2. **Concessão de Carta de Indenidade:** Em ato contínuo, foi aprovada a concessão, pela Companhia, de Carta de Indenidade nos termos do modelo que fica arquivado na sede da Companhia, em benefício do Sr. Pedro Augusto Cardoso da Silva. 7- **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Assembleia foi encerrada, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada foi assinada por todos os presentes. Mesa: Erik da Costa Breyer - Presidente e Ana Carolina dos Rémedios Monteiro da Motta - Secretária. Única Acionista: Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 02 de janeiro de 2019. **Mesa:** Erik da Costa Breyer - Presidente, Ana Carolina dos R. Monteiro da Motta - Secretária. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Nome: Linha Amarela Brasil Participações S.A. Certifico que o presente foi arquivado sob o nº 3501640 e data de 01/02/2019. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

Id: 2165840

**Oi S.A. - Em Recuperação Judicial**  
CNPJ/MF 76.535.764/0001-43 - NIRE 33.30029520-8  
COMPANHIA ABERTA

**EXTRATO DO ITEM (6) DA ATA DA 195ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2018.** Na qualidade de Secretária da Reunião do Conselho de Administração, CERTIFICO que o item 8 "Revisão da Matriz de Alçadas" da Ata da 195ª da Reunião do Conselho de Administração da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial realizada no dia 30 de maio de 2018, às 9:30h, na Praia de Botafogo n° 300, 11º andar, sala 1101, Botafogo - Rio de Janeiro (RJ), possui a seguinte redação: "Com relação ao item (6) da Ordem do Dia, tendo em vista o disposto no artigo 32, parágrafo primeiro, do Estatuto Social da Companhia, a Sra. Luciana Alves apresentou a proposta de manutenção, em 2018, das Alçadas da Diretoria aprovadas em 18 de setembro de 2015 e ratificadas em 18 de maio de 2016 e em 24 de maio de 2017, conforme Matriz que integra a

presente ata como seu anexo. Os Conselheiros aprovaram, por unanimidade, a proposta de manutenção da Matriz de Alçadas da Diretoria por até trinta dias, devendo o assunto ser novamente tratado na próxima reunião ordinária do Conselho. Na ocasião, deverão ser apresentadas ao Conselho uma análise crítica detalhada da efetiva adoção das autorizações previstas na Matriz de Alçadas e uma avaliação estatística das contratações e pagamentos, com o racional sobre o cabimento da ratificação da Matriz ou, alternativamente, com uma proposta de adequação da Matriz às reais demandas da Companhia e aos termos do Plano de Recuperação Judicial, se aplicável." Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração e apostas as assinaturas dos Srs. José Mauro M. Carneiro da Cunha (Presidente da Mesa), Ricardo Reisen de Pinho, Eleazar de Carvalho Filho, Marcos Duarte Santos, Marcos Bastos Rocha e Marcos Grodzky. Rio de Janeiro, 30 de maio de 2018. **Luciene Sherique Antaki** - Secretária. Jucerja 3221772 em 04/07/2018.

Id: 2165869

Farmoquímica S.A.  
CNPJ/MF nº 33.349.473/0001-58 | NIRE 33.300.092.781

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 28/01/2019**

1. **Data, Hora e Local:** Realizada aos 28/01/2019, às 15hs, na sede. 2. **Convocação e Presença:** Totalidade. 3. **Mesa:** Presidente - Carlos Alexander Guimarães Moreira; Secretária - Anny Margaly Maciel Trentini. 4. **Deliberações:** 4.1. Aprovar a alteração do endereço da filial 2, para que passe a ser: Filial 2: Rua Viúva Claudio, 300, parte, Jacaré, CEP 20970-032 no Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.349.473/0013-91. 4.2. Aprovar a lavratura da Ata desta Assembleia Geral Extraordinária na forma sumária. 5. **Encerramento:** Nada mais. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2019. (ass) **Mesa:** Carlos Alexander Guimarães Moreira, Presidente; Anny Margaly Maciel Trentini, Secretária. **Acionistas:** GRUPO FQM HOLDING S.A., por seus representantes legais, Fernando Gabriel Itzaina Sanchez e Alexandre Corrêa Corrêa; e VIDFARMA INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA., por seus representantes legais, Anny Margaly Maciel Trentini e Carlos Alexander Guimarães Moreira. **JUCERJA** nº 00003525686 em 20/02/2019.

Id: 2165859